

Cidadania nas Ondas do Rádio

Área Temática de Comunicação

Resumo

O Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos” atende (desde 1994) à comunidade da cidade de Sousa (PB) e região, fazendo o trabalho de divulgação e esclarecimento dos direitos e deveres dos cidadãos que estão inseridos na CF/88. O rádio é o veículo de comunicação que penetra em todos os lares sem distinção de classe. Ciente do poder desse veículo, o presente Projeto realiza programas radiofônicos, visando a esclarecer à população quais os seus direitos. Para alcançar os objetivos do Projeto, alunos-extensionistas, com a orientação dos professores-coordenadores, realizam programas semanais nas Emissoras: Progresso AM, Sousense FM, Educativa FM e Acauã FM. Para tanto, estudos são realizados, objetivando a preparação dos programas. As experiências vivenciadas pelo uso do rádio já propiciaram aos alunos e professores ricos aprendizados que culminaram com a elaboração de trabalhos acadêmicos e participação em seminários. O Rádio é o jornal de quem não sabe ler; o mestre de quem não pode ir a escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças. Assim, através do rádio, a Universidade leva suas experiências e conhecimentos à população, ao mesmo tempo em que apreende e vivencia a realidade popular.

Autores

Maria Zélia Ribeiro - Professora Coordenadora/Orientadora

Ângela Maria R. G. de Abrantes - Professora Extensionista/Orientadora

Guerrison Araújo Pereira de Andrade - Professor Extensionista/Orientador

Fábio Bezerra dos Santos - Aluno Extensionista/Bolsista

Rênio Líbero Leite Lima - Aluno Extensionista/Bolsista

Instituição

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Palavras-chave: extensão; rádio; cidadania

Introdução e objetivo

O presente Projeto de Extensão atende (desde 1994) à comunidade da cidade de Sousa e à região do alto-piranhas (inclusive toda a zona rural), fazendo o trabalho de divulgação e esclarecimento dos direitos e deveres dos cidadãos que estão inseridos na Constituição Federal, sendo, pois, um verdadeiro instrumento na formação da cidadania para a efetiva aplicação do princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana. Seguindo os ensinamentos de José Fagundes (1986) a Universidade – para cumprir o seu papel social (viabilizar o compromisso de atender à Comunidade desassistida e utilizar seus conhecimentos e experiências acadêmicas a serviço do povo e da formação de cidadãos conscientes, além de oferecer um ensino de qualidade) – tem, com esta atividade extensionista, participado ativamente para a formação da cidadania em nossa região. Tudo no cumprimento da norma constitucional que estabelece que a atividade acadêmica deve incluir, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Busca-se, pois, com a realização dessa atividade extensionista, suprir deficiências acerca da falta de conhecimento, de algumas pessoas, dos seus direitos e deveres fundamentais, em especial, das pessoas mais humildes

(que, muitas vezes, possuem baixo grau de instrução) ou àquelas que não têm acesso a determinadas informações na área jurídica.

Daí a importância da existência do presente programa extensionista que utiliza o Rádio – talvez o principal meio de comunicação de massa usado no interior – para atingir a estas pessoas, informando-as, conscientizando-as e assistindo-as juridicamente no que diz respeito aos seus verdadeiros e indisponíveis direitos. *Universidade e sociedade*. Belloni (1992) ao pôr em evidência a temática *função social da universidade*, assegura que é possível perceber que tal discussão é impregnada pelo entendimento que a limita na dimensão da extensão universitária.

Para situar essa reflexão, inicialmente examinemos a universidade na perspectiva das políticas públicas, para, então, delimitar o foco sobre a extensão. As políticas sociais, inevitavelmente, ligam-se à questão social, por sua vez, representada pelo problema das desigualdades na sociedade. Tais políticas possuem dois enfoques: dos dominantes, quando tendem a ser tática de desmobilização e controle, e dos "desiguais", quando remetem à emancipação. Políticas sociais são algo tão importante como contraditório. Condená-las cabalmente ou esperar delas a redenção dos males, a seu ver, não são atitudes apropriadas. Pedro Demo (1983) define políticas sociais como o esforço planejado de redução das desigualdades sociais. Segundo ele, dois são os espaços básicos da política social: o sócio-econômico, ligado à questão da sobrevivência material, e o político, ligado à questão da participação. Em geral, afirma, salienta-se mais o campo sócio-econômico, embora ambos sejam de igual importância, pois "*se a produção de rendas é um ato fundamentalmente econômico, sua distribuição é um ato intrinsecamente político*". Contudo, considera que as medidas a ela relacionadas, dentro das propostas institucionais, não ultrapassam possíveis reformas. Por ser a realidade histórica dinamizada por contradições, o citado autor considera que as desigualdades têm a capacidade de provocar mudanças, e será a partir dos *desiguais* que estas mudanças se construirão. O seu enfrentamento, por conseguinte, passa a não ser tarefa monolítica do Estado, de técnicos, de professores etc. Isso sugere, a seu ver, que se desmistifiquem idéias como a de que grupos ou indivíduos que chegam de fora possam libertar os desassistidos de suas mazelas, de que a universidade possa se converter em um ator político dirigente de um processo de transformação social ou, ainda, de que a extensão tenha a propriedade de resolver por si só os problemas coletivos com que se depara. Ao tratar a questão da *função social* da universidade, em cuja essência, acreditamos, aparece uma concepção de universidade e de extensão, Demo (1983) insere-a no campo das políticas sociais. A partir daí, ele define função social como: a) compromisso de ação sócio-econômica e política na esfera da desigualdade social; b) relacionamento com a população na linha da autopromoção e da co-gestão; c) compromisso regional, no sentido de co-responsabilidade pelo desenvolvimento da região; d) lugar da discussão criativa e autocrítica sobre política social e sobre os elementos relevantes do processo de desenvolvimento; e) capacidade de estudo e influência prática sobre parâmetros do mercado local de trabalho; f) capacidade de ativação dos canais de participação social, atuando na identidade cultural da comunidade e região. Essa definição ampla de função social sugere que a universidade possa efetivá-la através de formas que não sejam apenas via extensão, como de costume supõe-se. Ao referir-se à extensão como uma das funções da universidade, Demo (ibid., p. 31), criticamente, faz a ressalva de que "*é por essa porta dos fundos que sempre ecoa o grito pela função social da universidade e é por aí que entra algo da população, da cidade, da região*". De fato, a análise a respeito da responsabilidade social da universidade em geral apresenta a extensão como a "porta de entrada" da instituição em relação às temáticas sociais, ponto de vista suscetível à críticas, de acordo com a abordagem assumida. Por isso, explicitar o significado de extensão, superar a imprecisão que cerca o tema assume importância para auxiliar a universidade a construir a sua própria identidade.

História do Rádio

A história do Rádio confunde-se com a história de vários personagens que contribuíram para que hoje possamos ligar a nossa TV em casa e assistir a um programa que está sendo transmitido ao vivo, por exemplo, do Japão (Machado, 1986). No ano de 1600, Willian Gilbert inventa o eletroscópio, realizando estudos sobre magnetismo até Lee De Forest, ao qual é atribuída a primeira transmissão de ópera pelo rádio. Dezenas de pessoas ao longo de centenas de anos, participaram desta descoberta que revolucionou o século vinte, aproximando, divertindo, informando e salvando milhões de pessoas ao redor do mundo. Não se pode deixar de mencionar Michael Faraday, grande sábio inglês que descobriu em 1831 a indução magnética, assim como a grande contribuição dada por James C. Maxwell que descobriu, matematicamente, a existência das ondas eletromagnéticas, diferentes somente em tamanho, das ondas de luz, mas com a mesma velocidade de trezentos mil (300.000) quilômetros por segundo. Outro personagem que marcou a história das comunicações foi Thomas A. Edison quando em 1880 descobriu que se colocando em uma ampulheta de cristal um filamento e uma placa de metal separados entre si e ligando-se o filamento ao negativo de uma bateria e a placa ao positivo, constata-se a passagem de uma corrente elétrica da placa para o filamento e nunca em sentido contrário. Outra grande contribuição foi dada pelo professor alemão Henrich Rudolph Hertz que comprovou na prática em 1890 a existência das ondas eletromagnéticas, chamadas hoje de "ONDAS DE RÁDIO". Suas experiências basearam-se na teoria de Maxwell. Hertz descobriu que ao fazer saltar uma chispa em seu aparelho oscilador, saltavam também chispas entre as pontas de um arco de metal colocado a certa distância denominado ressonador. Hertz demonstrou com essa experiência que as ondas eletromagnéticas têm a mesma velocidade que as ondas de luz. Em sua homenagem, as ondas de rádio passam a ser chamadas de "Ondas Hertzianas", usando-se também o "HERTZ", como unidade de frequência. Muitos personagens da história do rádio contribuíram para o aperfeiçoamento da transmissão e recepção dos sinais eletromagnéticos. Assim, temos o Professor Pupim que em 1887 descobriu a "Sintonia Elétrica", usada em quase todos os aparelhos de rádio; Branly que em 1892 descobriu seu famoso 'COHESOR'; Popoff que idealizou uma forma de agregar um vibrador elétrico ao cohesor de Branly, melhorando seu funcionamento. Eis que surge em 1896 Guglielmo Marconi, utilizando um oscilador tipo "Hertz" e um cohesor de "Branly-Popoff", realizando a transmissão e recepção de sinais a pequena distância. Marconi colocou em prática as teorias, idéias e descobertas de Faraday, Maxwell, Edison Hertz, Branly e Popoff. Comete-se uma injustiça a um predecessor de Marconi e de outros, ao cientista brasileiro Padre Roberto Landell de Moura, gaúcho, nascido em 21 de janeiro de 1861. O padre-cientista construiu diversos aparelhos que expôs ao público na capital paulista em 1893, tais como: o *Teleauxiofono* (telefonía com fio); o *Caleofono* (telefonía com fio); o *Anematófono* (telefonía sem fio); o *Teletiton* (telegrafia fonética, sem fio, com o qual duas pessoas podem comunicar-se sem serem ouvidas por outras); e o *Edífono* (destinado a ducificar e depurar as vibrações parasitas da voz fonografada, reproduzindo-a ao natural). Nessa ocasião, estabeleceu os princípios básicos em que se fundamentaria todo o progresso e a evolução das comunicações, tal como conhecemos hoje. Suas teses, firmadas antes de 1890, previram a "telegrafia sem fio", a "radiotelefonía", a "radiodifusão", os "satélites de comunicações" e os "raios laser". No ano de 1900, enquanto o grande feito de Marconi não ultrapassava a distância de 24 quilômetros, o Padre Landell de Moura obtinha do governo brasileiro a carta patente nº 3279, reconhecendo-lhe os méritos de pioneirismo científico, universal, na área das telecomunicações. Em 1901, o Padre Landell de Moura, embarcou para os Estados Unidos e em fins de 1904, o The Patent Office at Washington concedeu-lhe três cartas patentes: para o telégrafo sem fio, para o telefone sem fio e para o transmissor de ondas sonoras. Poder-se-ia, então, se considerar o Padre Landell de Moura o precursor nas transmissões de vozes de ruídos e outros. Suas patentes afirmam isso.

O Rádio no Brasil

O primeiro transmissor de ondas de rádio no Brasil que se tem notícia foi instalado no ano de 1913, por Paul Forman Godley, um dos fundadores da ADAMS-MORGAN/ PARAGON, na região Amazônica, a pedido do governo brasileiro. A primeira transmissão de rádio realizada, oficialmente, no Brasil ocorreu no dia 07 de setembro de 1922, durante a inauguração da Exposição do Centenário da Independência na Esplanada do Castelo, em uma exposição realizada para este fim, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Foi um grande acontecimento. O transmissor foi instalado no alto do Corcovado, pela Westinghouse Electric. O público ouviu o pronunciamento do Presidente da República, Epitácio Pessoa, a ópera O Guarani, de Carlos Gomes, transmitida diretamente do Teatro Municipal, além de conferências e diversas atrações. Muitas pessoas ficaram impressionadas, pensando que se tratava de algo sobrenatural. Desde 1922 as experiências com rádio-clubes vinham sendo realizadas. Foi, entretanto, no dia 20 de abril de 1923, que Edgar Roquette Pinto e Henrique Moritze inaugurou a primeira emissora de rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi inaugurada a Rádio Clube do Brasil, marcando o início da expansão. A tecnologia era ainda muito incipiente - os ouvintes utilizavam-se dos rádios de galena montados em casa, quase sempre por eles mesmos, usando normalmente caixas de charutos. A década de 30 marcou o apogeu do rádio como veículo de comunicação de massa, refletindo as mudanças pelas quais o país passava. O crescimento da economia nacional atraía investimentos estrangeiros, que encontravam no Brasil um mercado promissor. A indústria elétrica, aliada à indústria fonográfica, proporcionou um grande impulso à expansão radiofônica. O rádio trouxe inovações técnicas e modificou hábitos, transformando-se na maior atração cultural do país. Desde 1932 a Rádio Philips investia no programa Casé, que representou uma revolução na forma de apresentar programas de rádio. Foi Adhemar Casé, juntamente com Nássara, que criou os primeiros jingles publicitários. As empresas multinacionais foram as primeiras a utilizar o rádio na publicidade. Os programas de auditório e as rádio-novelas tinham o patrocínio de marcas como a Philips, Gessy e Bayer. A Rádio Nacional, inaugurada em 1936, marcou a radiofonia no Brasil. Em seus quadros, brilhavam os talentos de Iberê Gomes Grosso, Luciano Perrone, Almirante, Radamés Gnattali e Dorival Caymmi. Na política, o rádio também exerceu enorme influência: a propaganda eleitoral, os pronunciamentos do presidente e a Hora do Brasil faziam parte da programação e alcançavam milhares de ouvintes/ eleitores. (Santos, 1997)

A partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o rádio se transformou num importante veículo para difundir fatos diários e notícias da frente de batalha. Surgia o rádio-jornalismo, sendo o “Repórter Esso” um marco dessa época. O rádio, apesar de críticas dos puristas que o acusavam de não possuir a mesma credibilidade da imprensa escrita, marcou profundamente a história da vida artística brasileira, inaugurando tendências e fazendo escola. Um dos momentos mais difíceis que o rádio enfrentou foi no cerceamento compulsório de sua liberdade a partir do Golpe Militar de março de 1964. A censura se exacerbou quatro anos depois - mais exatamente em 13 de dezembro de 1968 -, quando foi promulgado o Ato Institucional número 5 (AI5), pelo então presidente Costa e Silva. O ano de 1968 foi muito rico para a MPB. Nas rádios, diariamente, tocavam sucessos como Alvorada no Morro, de Cartola, Carlos Cachça e Hermínio Bello de Carvalho; Lapinha, de Baden Powell e Paulo César Pinheiro e Você Passa Eu Acho Graça, de Ataulfo Alves e Carlos Imperial. Com a popularização da Canção de Protesto - que começou oficialmente com Carlos Lyra e Gianfrancesco Guarnieri em “Feio não é bonito”, ao final da 1ª geração ‘bossanovista’ e ficou definitivamente marcada a partir de 1967 -, o rádio passou, mais que nunca, a ser um porta-voz dos artistas engajados. Pessoas que buscavam, por meio de sua arte, a libertação da sociedade dos muros do confinamento político, econômico e cultural a que estavam presas. Daí o rádio sofrer a imposição da censura pelos órgãos repressores. O quadro mudou com o

restabelecimento da democracia e, mais recentemente, com advento da transmissão via satélite.

A internet veio alterar completamente os sistemas de produção e a própria recepção dos meios de comunicação de massa desde que foi criada, na década de 90. Os jornais foram os primeiros a se adaptar ao novo veículo e logo depois vieram as emissoras de rádio, que passaram a utilizar a plataforma digital para, primeiro, divulgar globalmente sua programação e, depois, para transmitir ao vivo e simultaneamente aquilo que antes só era difundido pelo espectro. Quando vão para a internet, as rádios ultrapassam os limites também do veículo que são. Podem ser jornalismo escrito, oferecer textos mais completos e imagens da transmissão em movimento, inclusive.

Metodologia

Assim, a metodologia utilizada pelo Projeto – programas radiofônicos, sobretudo – é acertada porque tal instrumento de comunicação tem um poder de influência muito grande no processo de conscientização da população sertaneja, podendo amenizar ou até reverter a situação de alienação do povo e de descaso dos agentes do Estado. A apresentação dos programas radiofônicos é feita em um espaço de 30 minutos, cedidos, gratuitamente, pelas seguintes rádios: 1. Progresso AM – toda quarta-feira, das 14h às 14h30min; 2. Sousesense FM Comunitária – toda quarta-feira, das 10h às 10h30min; 3. Acauã FM Comunitária – toda terça-feira, das 15h30min às 16h; 4. Educativa de Sousa – em dia e horário a combinar (irá funcionar em julho). Estes dias e horários são fixados semestralmente pelas partes – e de acordo com os proprietários das Emissoras e com as aulas dos alunos selecionados - a fim de evitar o rompimento do fluxo das atividades acadêmicas. Ressalte-se que se farão discussões e debates, bem como a panfletagem em unidades de ensino local, periferia e centro da cidade, feiras livres etc., com a finalidade de complementar as atividades de prestação de serviços de informação jurídica. Para a execução desse trabalho, contamos com a participação de dez alunos extensionistas (sendo dois Bolsistas e oito Colaboradores): Fábio Bezerra dos Santos, Delane Irineu Dutra, Marina Josino da Silva Souza, Francisca do Rosário Ferreira da Silva, Roberta Leonor Barros Bezerra, Thiago Marques Vieira, Rênio Líbero Leite Lima, Danilo Félix Azevedo, Vinícius Emídio Sarmiento, Carla Pedrosa de Figueiredo; um Professor Coordenador/Orientador: Maria Zélia Ribeiro; e dois professores Extensionistas/Orientadores: Guerrison Araújo Pereira de Andrade e Ângela Maria Rocha Gonçalves de Abrantes.

Resultados e discussão

A execução desse Projeto vem demonstrando, ao longo dos anos, excelentes resultados junto à população, ao tempo em que oferece aos docentes e discentes do CCJS (Centro de Ciências Jurídicas e Sociais) um rico aprendizado na área jurídica e na formação da cidadania, visto que durante a realização dos programas são divulgados os serviços gratuitos prestados pelo NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) da Universidade - sem deixar de destacar que o NPJ trabalha em parceria com a Defensoria Pública -, estimulando a procura da população pelo NPJ sob a coordenação dos membros desse Projeto, o que os tem levado a aprofundarem seus conhecimentos acadêmicos e profissionais, a desenvolverem o espírito social e a estabelecerem um diálogo, uma parceria e uma troca de experiências e de informações com a população local.

Conclusões

A presente ação extensionista tem mantido a indissociabilidade entre as três vertentes acadêmicas: o ensino, a pesquisa e a extensão, com a realização de programas radiofônicos, estudos e debates, tudo para a informação jurídica ao público-ouvinte e a busca de um ensino de qualidade. Outrossim, estimulamos a cidadania e capacitamos (informando) as pessoas

para reivindicarem os seus direitos. Assim, os trabalhos realizados pelo Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos” estuda, debate, discute, orienta, pesquisa e, principalmente, informa as camadas menos favorecidas e/ou excluídas da nossa sociedade sobre seus direitos e deveres como cidadão. Eis a máxima do Direito e da própria Justiça. Dessa forma, é notório que a utilização do rádio desencadeia uma procura significativa pelo Escritório de Prática Jurídica do CAMPUS de Sousa/ CCJS - a qual pode-se atribuir, entre outros fatores, à nossa divulgação e à parcela do nosso trabalho. De outra maneira não poderíamos obter um raio de abrangência que engloba cerca de 163 (cento e sessenta e três) municípios, compreendidos nos Estados da Paraíba, Rio grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Concebe-se, portanto, que este Projeto faz jus aos objetivos da Extensão Universitária, na medida que oportuniza aos discentes - que estão envolvidos direta ou indiretamente na sua execução - a possibilidade da pesquisa e o conseqüente aprofundamento de conhecimento dos diversos institutos jurídicos, além de proporcionar o enriquecimento intelectual e a aquisição de experiência, formando, assim, uma cultura jurídica com gabarito (transformando o aluno-extensionista em um profissional-cidadão) e fazendo valer as premissas dos princípios fundamentais do Direito e da cidadania. Em última análise, podemos dizer que o rádio é o jornal de quem não sabe ler; o mestre de quem não pode ir a escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças. Assim, a Universidade deve, sempre que possível, através do rádio, levar suas experiências e conhecimentos à população, apreendendo e vivenciando a realidade popular.

Referências bibliográficas

- BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. Campinas, Ed. Papirus, 1992. p. 71-78.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 168 p.
- DEMO, Pedro. Política social e política educacional. Brasília: CRUB, 1980
- _____. Função social da universidade. Brasília, CRUB, 1983. p. 21-39.
- FAGUNDES, José. A função social da universidade medida pela extensão. Brasília: CRUB, 1986. p. 103-111
- MACHADO, Arlindo. Rádios Livres: a reforma agrária no ar. São Paulo, Brasiliense, 1986, 102.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.